

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.532.865 - RJ (2019/0189145-0)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : JORGE ROBERTO SAAD SILVEIRA
ADVOGADO : FERNANDA ANTUNES DE BARROS - RJ187162
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por Jorge Roberto Saad Silveira contra decisão que inadmitiu recurso especial ante a razoabilidade da decisão tomada em segunda instância.

Impugnada especificamente a decisão, conheço do agravo e passo à análise do recurso especial.

O apelo nobre foi manejado com base na alínea "a" do permissivo constitucional contra acórdão assim ementado:

Agravo de Instrumento. Ação de Improbidade Administrativa. Não aceitação dos argumentos trazidos pelo Agravante na defesa preliminar. Decisão que recebeu a inicial determinando a citação e o prosseguimento da demanda. **MANUTENÇÃO**, pois a decisão foi bem fundamentada sendo inaceitável a reforma ante os fatos graves narrados e eventual participação do réu. O Magistrado determinou a citação, pois entendeu que as questões trazidas na defesa prévia se referem ao mérito da ação e com ele devem ser analisadas. Somente após a instauração do processo judicial é que os elementos probantes irão demonstrar a ocorrência ou não dos fatos alegados. Parecer do Ministério Público nessa direção.

DESPROVIMENTO DO RECURSO. (fls. 167/173).

O agravante aduz ofensa aos arts. 489 do CPC/2015 e 17, § 8º, da Lei n. 8.429/1992. Sustenta que a inicial da ação de improbidade deve ser rejeitada por falta de indícios e deficiente fundamentação.

Decido.

O acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte que entende que, para o recebimento da ação de improbidade administrativa, basta a existência de indícios suficientes para o seu processamento.

Confira-se:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. LEI 9.296/96, ART. 1º. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ART. 17 DA LEI 8.429/92. FUNDAMENTAÇÃO SUCINTA. POSSIBILIDADE. FASE EM QUE SE DEVE OBSERVAR O PRINCÍPIO DO *IN DUBIO PRO SOCIETATE*. PRECEDENTES SÚMULA 83/STJ.

[...]

Superior Tribunal de Justiça

4. Demais disso, nos termos do art. 17, § 8º, da Lei 8.429/1992, a ação de improbidade administrativa só deve ser rejeitada de plano se o órgão julgador se convencer da inexistência do ato de improbidade, da improcedência da ação ou da inadequação da via eleita, de tal sorte que a presença de indícios da prática de atos ímprobos é suficiente ao recebimento e processamento da ação, uma vez que, nessa fase, impera o princípio do *in dubio pro societate*.

5. É pacífico nesta Corte que, no momento do recebimento da ação de improbidade administrativa, o magistrado apenas analisa a existência de indícios suficientes da prática de atos ímprobos, deixando para o mérito, se ocorreu ou não improbidade, existência de dano ao erário, enriquecimento ilícito, violação de princípios, condenando ou absolvendo os denunciados.

6. Demais disso, analisar a existência ou não de indícios suficientes, para o recebimento da ação de improbidade, demandaria o reexame de matéria fático-probatória, vedado em sede de recurso especial, de acordo com a Súmula 7 desta Corte.

Agravo interno improvido.

(STJ, AgInt no AREsp 721.712/DF, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 8/6/2016 - grifos acrescentados)

Desse modo, aplica-se no caso a Súmula 568 do STJ: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema."

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator